

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 339 - Brasília, sexta-feira, 25 de outubro de 1996

## Senado aprova remédios de graça para aidéticos e portadores do HIV

Tendo tramitado em regime de urgência no Senado e na Câmara, projeto de José Sarney vai agora à sanção presidencial. Senadores elogiaram rapidez com que a matéria foi apreciada

### Senadores condenam ação em Serra Pelada

A ocupação do garimpo de Serra Pelada por tropas do Exército, com auxílio da Polícia Militar do Pará, foi criticada ontem em plenário pelos senadores Ademir Andrade, Edison Lobão, Romero Jucá e José Bonifácio. Eles alertaram para o risco de uma tragédia. Páginas 4 e 7

O plenário do Senado aprovou ontem, e agora vai à sanção presidencial, projeto que garante a distribuição gratuita de medicamentos a doentes de Aids e a portadores do vírus HIV.

De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), a proposição tramitou em regime de urgência tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, onde recebeu emendas.

Entre as modificações propostas pela Câmara, o relator da matéria no Senado, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aceitou a que transfere para a seguri-



José Sarney

dade social da União, dos estados e dos municípios a responsabilidade de garantir os recursos destinados ao financiamento do programa.

O projeto, originalmente, previa que esses recursos viriam

da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Na opinião de Lúcio Alcântara, entretanto, a solução encontrada pelos deputados é melhor, porque a CPMF, sendo um tributo de vigência provisória, poderia, "cedo, mostrar-se insuficiente para garantir a permanência da distribuição gratuita dos medica-

mentos".

Durante a discussão da proposição, Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a celeridade com que a Câmara votou o projeto e pediu ao presidente daquela Casa que dê o mesmo tratamento a outras proposições oriundas do Senado que, conforme disse, lá aguardam, "muitas há anos", a manifestação dos deputados.

Emília Fernandes (PTB-RS), por sua vez, disse que o projeto atende ao clamor da sociedade brasileira e abre novas fronteiras para os portadores do vírus HIV. Ramez Tebet (PMDB-MS) louvou a rapidez com que a matéria tramitou nas duas casas do Congresso.



Marina Silva



Lauro Campos



Emília Fernandes



José Fogaça

## Cultura poderá receber 1% de todas as loterias

Em sessão deliberativa extraordinária, o plenário do Senado aprovou, no início da tarde de ontem, em regime de urgência, projeto oriundo da Câmara dos Deputados que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

A proposição, que vai à sanção presidencial, estabelece que 1% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares, in-

clusive aqueles realizados pela tevê, seja destinado à preservação do patrimônio cultural do País, assim como ao fomento e à diversificação das atividades pertinentes ao setor.

O projeto altera legislação de 1991, que criou o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e para o qual foi determinada a destinação também de 1% sobre a arrecadação bruta apenas das loterias federais. Com a aprova-

ção da matéria, os repasses de recursos serão bem mais expressivos.

A relatora do projeto, Marina Silva (PT-AC), destacou, em seu parecer favorável, o mérito da iniciativa do deputado Ubiratan Aguiar (CE), autor da matéria.

Ney Suassuna (PMDB-PB), Artur da Távola (PSDB-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS), Emília Fernandes (PTB-RS), José

Fogaça (PMDB-RS) e Lauro Campos (PT-DF) defenderam o projeto. Para Pedro Simon, a proliferação de loterias privadas não poderia continuar sem que algum imposto de caráter social fosse exigido por lei.

Foram aprovadas ainda duas solicitações para que Pernambuco realize operações de crédito junto à Finep, assim como a instalação da hidrelétrica de Serra da Mesa. **Página 3**

## Napoleão elogia programa que beneficia o Piauí

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), comemorou a aprovação, pela Comissão de Finanças e Recursos do governo federal, do Prodecer III - um programa de desenvolvimento dos cerrados em parceria entre os governos do Brasil e do Japão. O senador disse que até março do próximo ano o governo brasileiro deverá manifestar-se favorável à etapa do programa que beneficiará o Piauí.

- Voltado para o desenvolvimento agropecuário da região dos cerrados, o programa financiará a produção de grãos para exportação e para o mercado interno. Os recursos são bancados pelo governo e por empresas japonesas, entrando o Brasil com uma contrapartida equivalente em média a 20% da linha de crédito. Depois de receber o sinal verde do lado brasileiro, o programa será submetido às autoridades japonesas - explicou.



Napoleão

## Romero Jucá pede apuração da morte de 35 bebês em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou ontem que está enviando ofício ao Ministério Público da União e de Roraima, ao Juizado da Infância e da Adolescência no estado e a vários setores da Justiça brasileira pedindo a imediata apuração e avaliação dos fatos que resultaram na morte de 35 crianças em Roraima. Ele leu a notícia segundo a qual a higienização da maternidade onde morreram os recém-nascidos estava sendo feita por uma empresa sem especialização, contratada mediante entendimento com o governador Neudo Campos.

- Se ficar comprovado isso, o que ocorreu foi barganha política e crime deliberado contra essas crianças - disse Jucá. - O governador deixará de ser conhecido como Neudo Campos para ser conhecido como Herodes Campos, um



Romero Jucá

exterminador do futuro. Iremos até o fim para investigar esses fatos, porque o estado recebeu R\$ 16 milhões emprestados da Caixa Econômica Federal e não gastou nenhuma parcela em saúde. Vão ter que responder criminalmente por esse fato se as denúncias ficarem comprovadas.

Informando que o ministro da Saúde, Adib Jatene, encaminhou técnicos para verificar essa situação em Roraima, Romero Jucá lastimou que o estado volte às manchetes nacionais com assunto tão alarmante.

- Tão grave quanto a morte das crianças é a causa e, mais que isso, o posicionamento político assumido pelo governador e por seu secretário de Saúde, que chega ao dispende de dizer que o número de crianças mortas é aceitável - afirmou o senador.

## Senador exige fiscalização na área de saúde

Maior fiscalização pelos órgãos do Ministério da Saúde e rigor na punição dos responsáveis pelas tragédias que vêm ocorrendo na área da saúde pública. Este foi o apelo feito ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao comentar a morte de bebês na maternidade pública de Boa Vista por problemas de infecção hospitalar.

O senador dirigiu apelo ao ministro Adib Jatene para que determine rigor na fiscalização das unidades de saúde do País e providencie a apuração rigorosa das responsabilidades de funcionários e dirigentes envolvidos. Ele pediu apoio, ainda, para projeto de sua autoria que fixa normas claras para fixação das responsabilidades de profissionais que lidam com a saúde no País.

Suassuna lamentou que tragédias como a da hemodiálise em Caruaru (PE), bem como da clínica carioca Santa Genevieve, não tenham sido suficientes para reforçar as medidas administrativas e legais que previnam mais mortes causadas por imperícia técnica ou desleixos administrativos.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

### PLENÁRIO

Terça-feira (29.10.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Discussão em turno único dos PDLs nº 66/96, que aprova o texto do Acordo assinado entre o governo do Brasil e o governo da Malásia, sobre serviços aéreos entre os respectivos territórios; e nº 73/96, que aprova texto da Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, ultimada na Cidade do México; e votação em turno único de quatro **Requerimentos** de inclusão de projetos em ordem do dia.

Quarta-feira (30.10.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Homenagem do 50º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI (durante o período da Hora do Expediente); votação nominal dos PDLs nº 13/96, que aprova renovação da autorização da outorga deferida à Fundação Roquette Pinto, na cidade de São Luís/MA; nº 16/96, que renova a concessão da Rádio Educação Rural Ltda., na cidade de Campo Grande/MS; nº 18/96, que renova a concessão da Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., na cidade de Bagé/RS; nº 20/96, que renova a concessão da Rádio Barretos Ltda., na cidade de Barretos/SP; nº 23/96, que renova a permissão outorgada à Túlio Fontoura Cia. Ltda., na cidade de Passo Fundo/RS; nº 54/96, que

renova a concessão outorgada à Televisão Gaúcha S.A., na cidade de Porto Alegre/RS; nº 55/96, que renova permissão outorgada à Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda., na cidade de Viamão/RS; e nº 56/96, que renova a concessão da Lins Rádio Clube Ltda., na cidade de Lins/SP; discussão em turno único das **Mensagens** nº 206/96, que submete a escolha do diplomata Luís Brun de Almeida e Souza para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire, exercer o cargo junto à República do Burkina Faso; nº 208/96, que submete a escolha do diplomata Virgílio Moretzsohn de Andrade para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, exercer o cargo junto à República Democrática do Sudão; nº 209/96, que submete a escolha do diplomata Jorge Saltarelli Júnior para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Suriname; e nº 215/96, que submete a escolha do diplomata Luiz Fernando do Couto Nazareth para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Quinta-feira (31.10.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Votação em turno único de seis **Requerimentos** de inclusão de projetos em ordem do dia.

### COMISSÕES

10h - Comissão Especial das Clínicas Geriátricas

**Pauta:** Depoimentos dos médicos Mansur José Mansur e Eduardo Quadros Spinola, diretores da Clínica Santa Genevieve, da cidade do Rio de Janeiro. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

## Ney Suassuna propõe reforma política ampla

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem que já começou a distribuir a cartilha *Em defesa de uma reforma política ampla*, na qual ressalta que "o Brasil encontra-se frente a um impasse", porque, embora haja "consenso quanto à necessidade de realizar reformas, há também profundas divergências quanto ao conteúdo, à orientação e à profundidade dessas reformas".

Na publicação de 39 páginas, o senador afirma que "inobstante a generalizada compreensão de que é imprescindível e urgente promover ampla reforma regulatória de nossas estruturas tributária, previdenciária e administrativa, o poder político tem-se mostrado inapto à sua tarefa de promover adequadamente interesses conflitantes".

- Organizar a representação política de modo que indivíduos e grupos sociais possam, por meio dela, definir políticas públicas que atendam às reivindicações e às necessidades concretas da sociedade contemporânea é o grande desafio que ronda as democracias nas sociedades complexas, plurais e de massas de nossos dias - sustenta o senador.

Salientando que a classe política "não pode permanecer inerte frente à gravidade da problemática político-eleitoral e partidária", o senador observa que compete aos próprios parlamentares "enfrentar sem demora a tarefa de dotar o País de uma legislação partidária e eleitoral estimuladora da democratização, da desprivatização do Estado, de sua permeabilização aos anseios das maiorias; uma legislação que dite o poder político de condições de eficácia e governabilidade".



Ney Suassuna



Instalação da usina caberá a Furnas Centrais Elétricas, segundo proposta acatada pelo plenário

## Aprovada a instalação da hidrelétrica de Serra da Mesa

*Projeto determina que concessionários serão obrigados a cumprir acordos que visam proteger e compensar os índios Avá-Canoeiro*

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que autoriza o Poder Executivo, por meio de Furnas Centrais Elétricas, a instalar a hidrelétrica de Serra da Mesa, em trecho do rio Tocantins, nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, no estado de Goiás.

Pelo projeto, que será agora promulgado, todos os concessionários de utilização da usina hidrelétrica Serra da Mesa, tanto os atuais quanto os que vierem a sucedê-los, ficam obrigados a manter e cumprir integralmente os convênios, ajustes e termos de cooperação celebrados com a Funai relacionados ao empreendimento e que visam à proteção e à

compensação da nação indígena Avá-Canoeiro.

Ainda segundo o projeto, deverá ser creditado pela concessionária Furnas, mensalmente, ao grupo indígena Avá-Canoeiro, que habita aquela área, o equivalente a dois por cento do valor a ser distribuído a título de *royalties* aos municípios inundados pelo reservatório da hidrelétrica. Esses recursos serão administrados pelo órgão federal competente e com a intervenção do Ministério Público Federal, até que a comunidade indígena local seja considerada em condições de administrá-los diretamente.

O projeto estabelece também que a concessionária da usina

Serra da Mesa terá o prazo de 180 dias, a contar da publicação do decreto legislativo, para compensar a área equivalente a ser inundada, e contígua à atual reserva, pertencente aos Avá-Canoeiro, a qual deverá ter aprovação prévia da Funai.

Todas as emendas apresentadas - de autoria dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Marina Silva (PT-AC) e Sebastião Rocha (PDT-AP) - foram rejeitadas. Elas se referiam a direitos dos índios e à proteção do meio ambiente. Os relatores da matéria foram Mauro Miranda (PMDB-GO), pela Comissão de Assuntos Sociais, e José Roberto Arruda (PSDB-DF), pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

## Mauro destaca o significado da decisão

A aprovação do projeto que autoriza a instalação da hidrelétrica de Serra da Mesa foi destacada ontem, em plenário, pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), para quem a decisão é de grande significado para o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste e reduz os riscos de racionamento.

Mauro disse que o empreendimento deverá gerar 5.500 empregos diretos após sua im-



Mauro Miranda

plantação e que o término das obras está previsto para o início de 1998.

- Os custos de instalação da hidrelétrica estão calculados em 1,6 bilhão de dólares, e, desde o início da construção, há 12 anos, dois terços desse valor já foram aplicados. Noventa por cento das obras civis já foram concluídas e todos os equipamentos eletromecânicos já foram comprados -

afirmou Mauro. O senador informou que estudos analíticos do impacto ambiental da construção da usina já haviam sido cumpridos e que a Fundação do Meio Ambiente de Goiás enumerou 17 projetos como exigências para o licenciamento da obra. "A conservação da fauna e da flora foi minuciosamente definida e está sendo rigorosamente cumprida. A regularização fundiária das terras indígenas dos Avá-Canoeiro já está em fase final", disse.



# Arruda defende uso do FGTS na privatização

Para o líder do governo no Congresso, a medida em elaboração no Ministério do Planejamento significa "uma verdadeira democratização do capital"

## Proibição do trabalho infantil não convence Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) questionou a eficácia da proposta de emenda à Constituição que o governo pretende enviar ao Congresso proibindo o trabalho aos menores de 14 anos, mesmo na condição de aprendizes, sob a justificativa de evitar-se a prática do trabalho escravo infantil. Para ele, é preciso, sim, oferecer opções dignas às famílias que dependem da cooperação do menor para sobreviver.

Odacir sugeriu à primeira-dama, Ruth Cardoso, o engajamento do programa Comunidade Solidária num projeto "destinado a oferecer alternativas concretas às famílias que têm como último recurso



Odacir Soares

de sobrevivência lançarem seus filhos menores de idade no mercado de trabalho".

Citando experiência pessoal, Odacir disse que o trabalho infantil não é necessariamente penoso, nem se confunde a priori com exploração ou trabalho escravo. "A experiência de trabalho precoce foi-me gratificante. Não me im-

pediu de estudar, namorar, casar, constituir família, obter outras ocupações, desenvolver carreira política", afirmou, explicando que começou a trabalhar aos 13 anos de idade.

No seu entendimento, o trabalho infantil muitas vezes é necessário, como no caso das pequenas propriedades rurais familiares, e pode ser compatível com a frequência à escola, além de auxiliar na formação do caráter.

— É importante combater a exploração, mas, sem soluções econômicas que favoreçam a família do menor, não há como impedir que ele se lance ao mercado em busca de trabalho — observou.

## Benedita faz palestras em El Salvador

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) encerrou ontem a série de palestras sobre a situação das crianças brasileiras e a respeito das políticas do governo para o setor que, a convite do Unicef, fez em El Salvador.



Benedita

Durante a viagem, a senadora pôde conhecer projetos do Unicef, visitar o Parlamento e apresentar vídeos com pronunciamentos seus sobre a participação da mulher na política brasileira.

Segundo Benedita, o Unicef pretende avaliar o quadro infanto-juvenil brasileiro e, dentro das possibilidades, oferecer sua contribuição ao País.

## Bonifácio quer menores criminosos na cadeia

É preciso que se dê um basta à criminalidade juvenil no País, afirmou ontem o senador José Bonifácio (PPB-TO), ao defender imediata mudança na Constituição, para que menores entre 16 e 18 anos possam ser responsabilizados criminalmente. Bonifácio é autor de uma proposta de emenda constitucional que reduz essa idade.

Para o senador, não basta apenas alterar o artigo 228 da Constituição. É preciso que, na regulamentação, se estabeleça pena diferenciada para que o adolescente não seja corrompido por marginais dentro

das prisões. Assim, ele sugere que cumpra pena separado de criminosos comuns.

Com essas providências, a seu ver, será possível cortar pela metade a criminalidade juvenil, porque os menores terão medo da punição. Hoje, acrescentou, os menores delinquentes costumam assumir a autoria de crimes para livrar da cadeia adultos criminosos.

### SERRA PELADA

José Bonifácio também alertou que a ocupação do garimpo de Serra Pelada, por parte da Polícia Federal e do Exército, "resultará numa catástrofe".



José Bonifácio

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, defendeu ontem a intenção do governo de permitir aos trabalhadores o saque de até 50% de seus recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para comprar ações das estatais que forem privatizadas.

Segundo o senador, o Ministério do Planejamento já elaborou projeto nesse sentido e, em função de acordo feito com lideranças partidárias, está a p e n a s aguardando as sugestões dos parlamentares interessados



Arruda

em aperfeiçoá-lo para apresentar a proposição ao Congresso.

José Roberto Arruda entende que "a possibilidade de os trabalhadores sacarem seus recursos do Fundo de Garantia para investir em ações de empresas privadas significa uma verdadeira democratização do capital". Conforme lembrou, até o momento, "só as pessoas com maior poder aquisitivo podem adquirir ações na Bolsa de Valores".

De acordo com Arruda, o projeto elaborado pelo Ministério do Planejamento autoriza o Tesouro Nacional a limitar o volume das retiradas de recursos do FGTS, para evitar que sejam comprometidos os investimentos necessários aos programas habitacionais.

# Amorim teme internacionalização da Amazônia

Notícias que apontam para a perda da soberania nacional sobre a região levam senador a cobrar do Itamaraty informações a respeito de possíveis providências contra o movimento

## Rocha alerta para as desigualdades no Orçamento

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sugeriu ontem que o governo estabeleça um critério para repasse de verbas do Orçamento da União aos estados, evitando que alguns fiquem com elevados percentuais, enquanto outros quase nada recebem. Para ele, os estados da região Norte receberão "quantidades mínimas" de verbas do Orçamento do ano que vem, enquanto as regiões Sul e Sudeste serão "altamente beneficiadas".

O estado do Amapá receberá apenas 0,35% do Orçamento da União, ao passo que São Paulo contará com 14%. Esta será uma oportunidade para que o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpra sua promessa de reduzir as desigualdades regionais - ponderou.

O senador criticou o recente pacote do governo para reduzir o déficit fiscal, por atingir pesadamente, a seu ver, os funcionários públicos e os aposentados. "Todo mundo sabe que esse déficit fiscal monstruoso do governo se deve aos altos juros determinados pela equipe econômica, e não aos servidores públicos e aposentados. O que o Presidente está fazendo é uma crueldade sem tamanho com os funcionários." Rocha lembrou que o governo federal não gasta 60% de sua arrecadação líquida real com funcionalismo, limite previsto pela legislação.

Só falta o governo acusar o funcionalismo de ser responsável pelos constantes déficits da balança comercial do País - ironizou.



Rocha

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) apresentou ontem requerimento solicitando informações ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre que medidas o Itamaraty adotou em relação a notícias que apontam para uma perda da soberania nacional sobre a Amazônia. Amorim referiu-se a duas matérias publicadas no *Jornal do Brasil*, nos dias 16 e 20, relativas a campanhas pela internacionalização da região.

Citando a reportagem do dia 16, o senador disse que, "em Nova York, um telefone



Ernandes Amorim

recebe votos dos americanos para saber se a Amazônia deve ou não virar um parque ecológico internacional". Na outra matéria, sobre palestra proferida pelo tenente-coronel

Belfort no 3º Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, encerrado no último dia 18, o jornalista Alexandre Medeiros relata que o oficial projetou transparências com jornais americanos e europeus. A tônica, em todos eles, era a internacionalização da Amazônia, frisou Amorim.

Para o senador, "dispensa comentários" o seguinte trecho da matéria: "O que mais causou indignação foi a frase *Fight the forest, burn a brazilian* (Lute pela floresta, queime um brasileiro), que circula em plásticos de carros em Londres, há um ano".

## Lúdio pede reflexão sobre relacionamento com índios

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu ontem a necessidade de o Congresso examinar o relacionamento que deve ser mantido com os índios, para evitar a violência. Ele alertou o Senado sobre recentes fatos, como a invasão da sede da Funai por xavantes, na terça-feira (dia 22), e o fechamento, por índios, da es-

trada que dá acesso a Rondópolis, construída há 50 anos.

O senador citou também decreto baixado há cerca de um mês pelo Ministério da Justiça, "que pretende desalojar cerca de 50 famílias que estão na região de Dourados (MS), há mais de meio século, para colocar os senhores índios".



Lúdio Coelho

## Sinal verde para renda mínima anima Suplicy

"Saúdo este sinal verde do governo para o programa de renda mínima, mas ressalvo que isso está sendo feito com atraso", afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), depois de ler em plenário



Suplicy

notícia segundo a qual o presidente Fernando Henrique Cardoso incumbiu sua assessoria parlamentar de acertar com as bancadas aliadas a elaboração de um substitutivo, voltado para a educação, aos projetos que tramitam no Legislativo para a concessão de uma renda básica aos brasileiros sem condição de so-

breviência.

Depois de lembrar que seu projeto é pioneiro na legislação sobre renda básica, Suplicy observou que a matéria foi votada em 1991 no Senado, acrescentando que, na ocasião, o então senador José Paulo Bisol disse que a proposta se assemelhava a um formidável trem passando por uma cidade, cuja população não podia correr o risco de perdê-lo, pois tratava-se do trem da história. Ele reportou-se ao fato de que Fernando Henrique, que "agora opta por um substitutivo", votou a favor de seu projeto quando era

senador.

É importante observar que a cada momento surgem pequenos e grandes trens, porém o mais importante não é o nome do trem, mas que o veículo esteja caminhando na direção correta. E qual será o nome desse trem? Bolsa-escola, renda mínima, renda básica, direito à vida? Talvez o nome do trem não seja tão importante, mas que fique claro o que ele significa para a população. Fundamental é que todos os brasileiros possam partilhar a riqueza de nossa nação com propostas como essa, que alia renda mínima à oportunidade de educação para todos, reforçou Suplicy.

# “Vale a pena o horário de verão?”, questiona Campos

*A medida reduz só 1% do consumo de energia e prejudica principalmente os mais humildes e idosos, argumenta o senador*

O senador Júlio Campos (PFL-MT) questionou ontem a validade do horário de verão, que provoca, segundo ele, grandes transtornos para as pessoas idosas e para os trabalhadores que acordam cedo, trazendo como benefício a “desprezível” economia de 1% no gasto de energia.

Conforme o senador, o horário de verão, que começou no último dia 7 e vai até 16 de fevereiro do ano que vem, beneficia principalmente as



Júlio Campos

peças que pertencem à classe média, as quais podem deixar seu trabalho ainda com a luz do dia e têm algum tempo para o lazer. Para ele, essas pessoas da classe média não têm de levantar extremamente cedo para tomar trens ou ônibus durante horas para se dirigirem ao trabalho.

- Milhões de trabalhadores mais humildes dos grandes centros urbanos são obrigados a acordar antes de o sol nascer. Para eles, o novo horário é pernicioso, pois faz

com que tenham de levantar mais cedo na madrugada. O horário de verão vale a pena? Compensa causar tantos transtornos aos trabalhadores? - indagou.

Júlio Campos citou pesquisas do Centro do Sono, do Hospital das Clínicas de São Paulo, as quais concluíram que os idosos saem muito prejudicados pelo horário de verão. Isso porque, quanto mais velha a pessoa, mais rígido se torna seu *relógio biológico*.

Existem outras maneiras mais racionais de economizar energia, no entender do senador.

## Melo lamenta a morte do potiguar Dix-Huit Rosado

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou ontem o falecimento do ex-senador e prefeito de Mossoró, Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, ocorrido na terça-feira (dia 22). Segundo o senador, Rosado incorporou-se à história política do Rio Grande do Norte.

Salientando que Dix-Huit Rosado integrou uma família de políticos importantes de seu estado, Geraldo Melo disse que ele exerceu também os mandatos de deputado estadual e federal, tendo sido prefeito de Mossoró por três vezes. O senador pediu à Mesa que seja enviado voto de pesar à família do político falecido.

Em aparte, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que Dix-Huit era um “homem de fibra, de muita coragem e disposição”. Ney Suassuna (PMDB-PB) também lamentou a morte do político nordestino.

Na presidência dos trabalhos, Eduardo Suplicy (PT-SP) associou-se em nome da Mesa à manifestação de pesar.

## Iris: Goiânia é motivo de orgulho para os brasileiros

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) homenageou ontem Goiânia pelos 63 anos de sua criação, e disse ser ela a segunda cidade brasileira em qualidade de vida. Conforme o senador, a capital de Goiás oferece água tratada a 90% dos seus habitantes e 75% da cidade é atendida por esgotos sanitários.

Ele salientou que Goiânia tem duas universidades e mais de 30 mil estudantes universitários, apresentando também índices de um telefone para cada quatro habitantes e um veículo para cada dois cidadãos.

- Há exatamente 63 anos (1933), o ex-senador Pedro Ludovico Teixeira, então interventor federal em Goiás, lançava a pedra fundamental de Goiânia. Sentindo as dificuldades para administrar o estado e criar um novo tempo

em Goiás, Pedro Ludovico encarnou a aspiração do povo para construir uma nova capital. Quatro anos depois, em 1937, a capital era transferida para Goiânia, e em 1942 Goiânia recebia seu batismo cultural. Minhas primeiras homenagens vão para o responsável por sua consolidação - assinalou.

Iris Rezende homenageou também todos os que trabalharam pelo crescimento da cidade, que soma hoje 1,5 milhão de habitantes, com as cidades situadas no seu entorno. “Quero também celebrar todos os que ocuparam funções públicas na administração municipal, assim como a população de Goiânia”, disse.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) e Onofre Quinan (PMDB-GO) elogiaram o trabalho realizado por Iris Rezende quando governou Goiás.



Iris Rezende



Valmir Campelo

## Valmir cobra recursos para pesquisa genética

A garantia de destinação de recursos financeiros para as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa na área de melhoramento genético de animais de criação foi defendida ontem pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF). “Não deixar que falte o devido custeio a essas pesquisas é cuidar do futuro, é cuidar do nosso bem-estar e das boas condições de vida das pessoas que virão depois de nós”, disse ele.

**BARRIGA DE ALUGUEL**

Valmir Campelo destacou dois trabalhos realizados pela Embrapa, através do Cenergen (Centro Nacional de Pesquisas de Recursos Genéticos e Biotecnologia): a punção folicular, que permite a uma mesma fêmea gerar até 36 filhotes em um ano, com a utilização de barrigas de aluguel, em vez de um filhote a cada dois anos, e o Banco Brasileiro de Germoplasma, destinado a preservar as características originais de raças típicas de determinadas regiões.

- O Cenergen já testou com sucesso e já colocou à disposição dos criadores técnicas destinadas a transformar a exploração da pecuária numa atividade bastante lucrativa, através da seleção de vacas e touros de alto valor genético; da estimulação ovariana; da inseminação artificial; da transferência de embriões; da bipartição de embriões - técnica que permite a obtenção de dois animais exatamente iguais; e, por fim, da punção folicular - disse o senador.



# Ademir protesta contra ocupação de garimpo

*Tropas em Serra Pelada levam senador à dedução de que Fernando Henrique Cardoso é autoritário e prepotente, não tem respeito pelo Legislativo e pode vir a ser, inclusive, outro Fujimori*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem a decisão presidencial de enviar tropas do Exército para ocupar o garimpo de Serra Pelada e assumir o controle sobre a área "para proteger os interesses da Companhia Vale do Rio Doce" contra os garimpeiros que também disputam a exploração mineral.

Dizendo que estava disposto a defender, junto a seu partido, o direito de reeleição de Fernando Henrique Cardoso,

Ademir afirmou que, a partir dessa ordem de ocupação, o Presidente passou a contar com um opositor à proposta de reeleição.

- Começo a perceber que Fernando Henrique é autoritário, prepotente, não tem respeito pelo Legislativo e pode vir a ser, inclusive, um outro Fujimori - acentuou.

Na opinião do senador, a ocupação feita ontem por 800



Ademir Andrade

soldados do Exército, 62 policiais federais e 40 PMs do Pará, com a prisão de vários líderes garimpeiros, representa também um desrespeito ao Congresso Nacional. O governo sequer respondeu às propostas entregues por uma comissão de deputados e senadores, frisou.

Ademir Andrade informou também que, em audiência

nesta terça-feira com o ministro do Exército, Zenildo Lucena, este negou que o Exército participaria de uma operação contra os garimpeiros de Serra Pelada.

O senador lamentou, ainda, que o governador do Pará, Almir Gabriel, tenha apoiado a ocupação, enviando a Polícia Militar do estado, e leu a íntegra de uma nota publicada ontem no jornal *Correio Brasileiro* por José Altino Machado, líder garimpeiro.

## Lobão receia pelo que pode acontecer

"Rezo para que não haja um acidente de proporções inimagináveis", disse ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao declarar que está preocupado com o que poderá acontecer em Serra Pelada.

- Assisto com amargura e irrisignação à solução dada pelo governo para resolver o conflito de Serra Pelada - afirmou Lobão. - É uma questão que se arrasta por anos e anos sem solução definitiva. Cerca de 70 a 80 mil brasileiros ali se alojaram, provenientes de todo o País, notadamente do Maranhão, e hoje o que temos em Serra Pelada é um desacerto.



Edison Lobão

to. A Vale está reivindicando como propriedade sua todo o garimpo, o antigo e a Serra Pelada Leste.

Mencionando a comissão criada pelo Congresso para, sob sua presidência, visitar o garimpo, Lobão disse que o grupo voltou da região trazendo a reivindicação dos garimpeiros. Eles queriam uma demarcação da área para deter-

minar se a propriedade é ou não da Vale. Estariam dispostos a deixar a área, caso ficasse comprovada a propriedade da estatal sobre a área.

Conforme Lobão, logo que chegou a Brasília, a comissão oficiou ao governo, pedindo-lhe que a demarcação fosse feita.

- Nenhuma informação, e nenhuma resposta, nos deu o governo - disse o senador.

Na mesma sessão, Romero Jucá (PFL-RR) disse que também está preocupado com o cerco do Exército a Serra Pelada. Ele afirmou que há o risco de acontecer uma tragédia.

## Suplicy busca informações sobre jazidas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro de Minas e Energia, diante de declaração do brigadeiro Ivan Frota de que a Vale do Rio Doce (CVRD) e a Rio Doce Geologia (Docegeo) teriam descoberto fortes indícios da existência de uma grande jazida de ouro associada a cobre, no município de Paraopebas, província mineral de Carajás (PA). Entrevista do brigadeiro foi publicada no jornal *O Estado de Minas* do último dia 23, e motivou nota da CVRD, confirmando "a

existência de mineralizações em profundidade com indícios promissores" na região.

Suplicy quer saber se, considerando essa nova descoberta, o governo estaria cogitando a retirada da Vale do programa de desestatização. Quer saber também quais os minérios encontrados, o teor de sua pureza e as chances de a descoberta representar uma promissora jazida. O ministro Raimundo Brito terá que informar ao Senado sobre como ficam os direitos minerais da companhia nas áreas potenciais pertencentes à CVRD.

Suplicy pergunta ainda que providências estão sendo adotadas pelo governo para garantir que, em caso de venda da Vale, a Nação venha a receber os royalties provenientes da descoberta de outras jazidas que possam ocorrer em regiões similares a essa que está sendo pesquisada pela estatal. Finalmente, o senador pergunta quanto já foi gasto no desenvolvimento dessa nova tecnologia de avaliação e prospecção de jazidas minerais, qual o seu valor estimado e se ele está computado no preço final da Vale.



Pedro Simon

## Simon destaca surgimento de jornal semanal

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) saudou ontem, em plenário, o lançamento do semanário *Se7e Dias da Semana*, elogiando a qualidade editorial e a coragem dos jornalistas responsáveis pela nova publicação.

Com o terceiro exemplar do jornal nas mãos, Simon destacou a profundidade, qualidade editorial e isenção com que o *Se7e Dias* trata as questões que aborda.

Simon destacou entrevistas com o ex-ministro Paulo Brossard, o presidente do Supremo, Sepúlveda Pertence, e os deputados Delfim Netto e Almino Affonso. Em aparte, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também destacou a importância do surgimento de uma publicação com a qualidade e a isenção do semanário, fazendo votos de uma longa vida para o jornal.

# Alcântara: Democracia racial brasileira é mito

"Sob a máscara da cordialidade, temos uma sociedade extrema e violentamente racista", conclui o senador, ao citar exemplos de discriminação e perseguição aos negros

## Hollanda homenageia os 50 anos do livro *Geografia da Fome*

O cinquentenário da publicação do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, foi lembrado ontem pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), salientando a atualidade das análises e conclusões do autor sobre as origens da fome.

Fenômeno social, "uma perversa realidade socialmente produzida", a fome brasileira resulta, para Josué de Castro, de sucessivos ciclos de economia destrutiva iniciados com o período colonial, frisou o senador. No pós-colonial, o desajuste econômico e social resultou "da inaptidão do estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo", citou Joel de Hollanda.

O senador também destacou a coerência entre a reflexão e a ação de Josué de Castro. Reconhecido internacionalmente, segundo Hollanda, deve-se ao escritor a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), cujo conselho presidiu em sucessivos mandatos.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chamou ontem atenção para o que considera mito da igualdade racial no Brasil, o que, na sua opinião, constitui um verdadeiro obstáculo para o autoconhecimento da cultura brasileira e para a realização de mudanças em nosso comportamento social.

Para o senador, ao fazer uma comparação dos conflitos raciais no Brasil e nos Estados Unidos, "caímos na armadilha ideológica de enxergar somente o que julgamos ou queremos ver, e não aquilo que está diante dos nossos olhos". A seu ver, "qualquer análise detida, fundada em índices sociais ou na simples observação dos nossos costumes cotidianos, revela a triste verdade: sob a máscara da cordialidade, temos uma sociedade extrema e violentamente racista".

Segundo Lúcio Alcântara, pesquisas publicadas pela revista *IstoÉ* e pelo jornal *Folha de S. Paulo* tendem como tema o racismo no País desmascararam a mentira da nossa pretensa democracia racial. De acordo com as reportagens, a desigualdade de tratamento conferido a negros e brancos aparece até na Justiça, destacou.

### PERSEGUIÇÃO

- Negros são mais perseguidos pela polícia. O índice de absolvição dos brancos chega a 60%, enquanto o dos



Lúcio Alcântara

negros não passa de 27% - acentuou.

O senador referiu-se, ainda, a um fato ocorrido na cidade de Canoas (RS), em que o digitador negro Luciano Soares Ribeiro, de 19 anos, foi atropelado. A vítima, informou ele, não foi socorrida pelo motorista do veículo, que alegou ter confundido Luciano com um assaltante. Quando chegou ao hospital, o digitador não foi atendido pelo médico de plantão pelo mesmo motivo e morreu, acrescentou.

### CULPA DA COR

- Será este o país da cordialidade e da paz racial? Por ser negro, um jovem trabalhador foi automaticamente tomado por assaltante; tomado por assaltante, teve automaticamente cassado o direito ao socorro e ao atendimento médico. Que gente é essa? Pode alguém acreditar ainda nessas baleias de não-violência e de harmonia entre as raças no Brasil? - indagou.

## Emília, de Lobato, completa 60 anos, comemora Távola

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) homenageou ontem os 60 anos da criação da boneca Emília, personagem do escritor Monteiro Lobato. Távola elogiou os personagens ressaltando que eles foram elementos de uma pedagogia preocupada em formar cidadãos com independência de pensamento e capacidade de crítica.

- Desde 1985, quando terminou o convênio entre a TV Educativa e a Rede Globo para a produção do *Sítio do Picapau Amarelo*, as televisões abandonaram essa preocupação para se dedicarem à formação de consumidores precoces, com comportamento imitativo e dependente - disse o senador.

Távola afirmou que as crianças que se formaram lendo Monteiro Lobato tiveram acesso aos principais elementos do próprio imaginário infantil. Isso porque, segundo disse, cada personagem expressava, de forma lúdica, valores culturais, diferentes formas de conhecimento e de relacionamento com as pessoas e o mundo.



Távola



Hollanda

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, EDUARDO SUPLYCY, NEY SUASSUNA, MAURO MIRANDA, EDISON LOBÃO E BENI VERAS

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ Fotos - Célio Azevedo, Mírcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal